

Oreamulo

Aprovada a nova Constituição, reconheceu-se unanimemente que um dos pontos mais positivos do documento fora a recuperação, pelo Congresso, dos seus poderes no que tange à alteração das despesas no orçamento federal. Pela primeira vez há muitos anos, o projeto do governo foi discutido por uma comissão em que, infelizmente, mais prevaleceu o fisiologismo que a competência. Assim, a comissão mista do Legislativo acabou por elaborar uma peça que nem sequer satisfez os próprios congressistas. Esperava-se, todavia, a supressão de alguns artigos menos condizentes não decorrer das discussões em plenário. Tal não ocorreu: na última sexta-feira, no grande momento da vida parlamentar — a discussão do orçamento — a peça foi votada em apenas três minutos. Alguns dos presentes (menos de 40 congressistas) não chegaram mesmo a aperceber-se de que estavam votando a Lei de Meios. Um dia de vergonha, no âmbito legislativo. Afirmamos, mais de uma vez, que a votação do orçamento seria o grande teste da nova Constituição: nunca poderíamos imaginar fosse tão desastro-

Três minutos desastrosos

so, a ponto de provar que o Congresso não está à altura das responsabilidades que se outorgou. Aflige-nos a certeza de que ninguém, entre os votantes, sabe realmente que texto votaram, e, ainda, a de que nem sequer o próprio ministro da Fazenda pode avaliar, realmente, os danos impostos à sua proposta que previa um superávit para o setor público. Mas não se fica nisso: a votação, pela Câmara dos Deputados, do novo salário mínimo, também desprovida de qualquer debate, deverá agravar o déficit do setor público, desde que aprovada pelo Senado.

O Congresso aprovou um orçamento, a preços de junho de 1988, de 16,8 trilhões de cruzados. Em princípio, um orçamento equilibrado; sabe-se, todavia, que muitas receitas foram superestimadas, subestimando-se as despesas. As grandes modificações introduzidas pelo Congresso foram relativas às receitas provenientes do pagamento da rolagem da dívida externa dos estados e municípios com uma redução em relação à proposta do governo de 372 bilhões de cruzados, perda de arrecadação que transforma um supe-

ravit de 0,1% em déficit de 0,5% do PIB.

Outra grande transformação foi a elevação das despesas, para a Ferrovia Norte-Sul, de 14 bilhões de cruzados para 19 bilhões (a preços de junho de 1988). Não podendo aumentar despesas sem cortar outras, o Congresso diminuiu as dotações orçamentárias para os mini e pequenos produtores rurais...

É ainda muito difícil avaliar o real impacto, sobre o déficit público, das modificações introduzidas pelo Congresso no orçamento. Ademais, tendo o Legislativo descartado o sistema de indexação orçamentária proposto pelo Executivo, terá o governo de recorrer diversas vezes ao Congresso para obter autorização de despesas supplementares, o que dará ao Legislativo oportunidade de exercer novas pressões para destruir o equilíbrio das finanças públicas. É também praticamente impossível avaliar os efeitos, sobre a inflação, da nova Lei de Meios.

Tudo indica que o déficit do setor público, em lugar do superávit de 0,07% do PIB, chegará pelo menos a 2%. O novo salário mínimo será certamente um fator dra-

mático da elevação deste déficit: com efeito, não atingirá apenas os gastos diretos com o pessoal (especialmente nos municípios e estados mais pobres), mas terá uma repercussão direta sobre a Previdência Social, a qual, certamente, enfrentará uma situação deficitária preocupante, aliás passível de agravamento desde que venha a ocorrer, como é provável, uma recessão econômica.

Durante anos tivemos um orçamento que representava apenas uma ficção, uma vez que o governo podia modificá-lo à vontade. Agora, os responsáveis pelo mito serão os próprios membros do Congresso, ou, pelo menos, os trinta e poucos que, em atuação condenável, votaram aéreamente um texto do qual depende a saúde da economia nacional. O Congresso se desmoralizou e, com isso, perdeu a confiança da Nação. Como pode, agora, pretender avaliar acordos internacionais complexos como por exemplo uma carta de intenções com o FMI, ora considerada necessária? Na verdade, não só o orçamento foi vilipendiado na tarde de 9 de dezembro; também a democracia. Uma nódoa nos anais da nossa História.